

O NOVO RURAL BRASILEIRO*

*José Graziano da Silva***

*Mauro Eduardo Del Grossi****

O espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola¹, quer no avanço de novas atividades no seu interior.

O processo de modernização da agricultura brasileira continuou seu curso nos anos 80 e 90. A partir do impulso das políticas keynesianas do pós-guerra e com a integração da agricultura com outros setores da economia, a produtividade agrícola aumentou consideravelmente em quase todo o mundo. Conseqüentemente, a produtividade do trabalho agrícola também experimentou substancial acréscimo, a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda a família passaram a ter caráter mais individualizado.

O avanço da modernização das atividades agropecuárias, via de regra, está associado à integração da unidade produtiva às redes de produção, cada vez mais especializadas, visando atender "nichos" ou segmentos de mercados.

Nos países mais desenvolvidos observa-se a emergência de um novo paradigma técnico-produtivo, também chamado pós-industrial, demarcado pela elevação do conteúdo tecnológico e pela redução no tamanho das plantas industriais, e conseqüente queda relativa dos empregos no setor industrial da economia. Assiste-se ainda a proliferação de empresas prestadoras de serviços técnico-produtivos especializados por toda a economia².

Essas transformações já têm surtido efeito sobre as áreas rurais, não somente com a elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias, mas também com a emergência de agências prestadoras dos mais diversos serviços especializados, como preparo do solo, colheita, pulverizações, inseminações, entre tantas outras tarefas³.

Todas essas operações agropecuárias, que antigamente faziam parte do dia-a-dia dos estabelecimentos rurais, estão progressivamente sendo atendidas por agências especializadas naquelas atividades. Veja-se, por exemplo, a importância da terceirização das atividades agrícolas no Brasil, constatada por Laurenti⁴.

Em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem:

- a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva;
- b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Essas famílias, que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, vieram a ser conhecidas como pluriativas, já que exerciam mais de uma atividade econômica. Também derivados das mesmas transformações, os agricultores com essas atividades vieram a ser

* Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla denominada Projeto Rurbano (www.eco.unicamp.br) que conta com o apoio da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP

** Professor Titular de Economia Agrícola do IE/Unicamp. e-mail: graziano@eco.unicamp.br

*** Doutor em Economia pelo IE/Unicamp e Pesquisador do IAPAR-PR. e-mail: delgross@pr.gov.br

¹ Agrícola no sentido genérico do termo e é referente ao conjunto das atividades agrícola, pecuária, pesca e de extração vegetal.

² Tais mudanças já são sentidas no Brasil, particularmente com a queda do emprego industrial e o crescimento do setor terciário. Apesar das empresas prestadoras de serviços tecnológicos e produtivos também crescerem, o grande contingente dos trabalhadores do setor terciário está ocupado em serviços pessoais. Para maiores detalhes veja Pochmann, M.. 1998.

³ Arnalte A., E. 1989.

⁴ Laurenti, A.C. 1996.

conhecidos como *part-time farmers*, pois não dedicavam mais todo o seu tempo de trabalho às atividades agrícolas dos seus estabelecimentos. A diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; enquanto que o segundo diz respeito ao estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agropecuárias.

As diversas modalidades de pluriatividade antepõem questões de várias ordens, pois muitas vezes associam o estatuto de conta-própria com o de empregado numa mesma pessoa, resultando num tipo difícil de classificar, tanto do ponto de vista profissional como social⁵.

No padrão fordista de organização do trabalho a atividade fora da unidade de produção era considerada como uma etapa do processo de proletarização. As transformações mais gerais da economia, particularmente a flexibilização do processo de trabalho industrial, facilitaram o crescimento da mão-de-obra pluriativa, que também interessa à indústria por ser mais econômica. A pluriatividade tornou-se permanente nas unidades familiares rurais, tendo em vista o novo ambiente social e econômico existente⁶.

Em paralelo a essas transformações, o espaço rural tem sido foco de valorização para fins não-agrícolas. Tanto as indústrias novas como as tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais, como forma de minimizar custos (proximidade da matéria-prima, mão-de-obra menos onerosa e não sindicalizada, impostos etc.) ou externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos etc).

A procura pelas áreas rurais não é exclusividade das indústrias. Há também uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões ecológicas, preservação da cultura "country", lazer, turismo ou para moradia. Observa-se em todo o mundo uma preocupação crescente com a preservação ambiental que estimulou novo filão do turismo: o ecológico. A nova forma de valorização do espaço vem a remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas.

Na valorização da cultura "country" é simbólica o crescimento das festas de peões pelo interior brasileiro. A atividade de turismo rural também está se expandindo, o que se reflete no número ascendente de fazendas-hotéis e pousadas rurais.

O espaço rural também está sendo cada vez mais demandado como espaço para lazer. Na última década, milhares de pesque-pagues proliferaram pelo interior. Nestes, a produção de peixes propriamente dita não é a maior fonte de renda, mas sim os serviços prestados nos pesqueiros, visando populações urbanas de rendas média e baixa. Também observa-se a expansão das construções rurais para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior do Brasil.

Por fim, as dificuldades crescentes de ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, simultaneamente com o avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda.

De forma geral, é possível sintetizar os fenômenos promotores da pluriatividade⁷: a) "desmonte" das unidades produtivas, no sentido de que muitas atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executados por terceiros, contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo⁸;

⁵ Mingione. E. e Pugliese. E. 1987.

⁶ Abramoway. R. 1992.

⁷ Graziano da Silva. 1998. Projeto Rurbano apresentado à FAPESP (não publicado)

⁸ Friedland. W. e Pugliese. E. 1989

- b) decorrente do anterior, crescimento do emprego . qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não-agrícolas⁹;
- c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros¹⁰;
- d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição¹¹;
- e) melhoria de infra-estrutura social e de lazer rurais, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação¹².

Os estudos internacionais¹³ sobre o tema ganharam novo fôlego a partir de 1975¹³ quando nas discussões da reforma da PAC (Política Agrícola Comum da Comunidade Européia), a pluriatividade passou a ser vista como alternativa para fixar populações no meio rural, além de ser uma boa forma de organização rural para reduzir a produção agrícola européia.

As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas¹⁴, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países. Além dos fatores de expulsão da população do campo estarem se arrefecendo, também os fatores de atração da população rural para as cidades tem seu poder reduzido, devido a redução na geração de novos empregos nos centros urbanos¹⁵.

Contudo, o avanço da pluriatividade não é espacialmente homogêneo, como já mostrava Etexzarreta¹⁶: *quanto mais desenvolvidos os municípios, maiores as possibilidades dos agricultores em complementarem suas rendas*. Isso explica porque a pluriatividade é mais frequente onde há processos de industrialização difusa, como ocorre na região conhecida por Terceira Itália¹⁷. Saraceno¹⁸ explica para o caso italiano:

A pequena agricultura é parte de um todo, de um sistema, em que a agroindústria e a pluriatividade são fundamentais. São três sistemas interconectados: cadeias agroindustriais, industrialização difusa e prestação de serviços. Eles não funcionam como centros urbanos típicos, mas também não são áreas rurais de agricultura.

O grande problema é que ainda hoje as políticas agrícolas e agrárias são desenhadas para agricultores "full time", ou seja, para as famílias que dedicam todo o seu tempo às atividades agrícolas internas ao seu estabelecimento. O não alargamento das diretrizes de políticas públicas impede o acesso dos pluriativos às políticas para o setor, e conseqüentemente com a omissão do poder público para com esse segmento crescente de agricultores¹⁹.

⁹ Blakely, E. e Bradshaw, T. 1985.

¹⁰ Graziano da Silva, J., Balsadi, O.V. e Del Grossi, ME. 1997.

¹¹ Green. Re Santos, R.R. 1991.

¹² Barlett. P. 1986 Ver também Carneiro, MJ. 1995.

¹³ Um dos trabalhos que tornou-se um marco no tema foi o relatório das pesquisas do grupo de Arkleton em 1987.

¹⁴ Fuller. A. 1990.

¹⁵ Gordillo de Anda, G. 1997.

¹⁶ Leone, E. 1994.

¹⁷ Etexzarreta. M. 1995.

¹⁸ A primeira Itália é representada pela região industrial do norte e a segunda pela região ao sul e ilhas;

¹⁹ Saraceno, R. 1997.

²⁰ Viasson. R. 1988.

AS DINÂMICAS ECONÔMICAS

Várias dinâmicas econômicas estão agindo no meio rural no sentido de incrementar a pluriatividade. Para Klein²⁰ o grande crescimento das ocupações rurais não-agrícolas nos países latino-americanos se deveu, por um lado, à própria queda no nível de emprego nas atividades agrícolas, o que obrigou a população rural a buscar outras formas de ocupação; e por outro lado, pela extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais. Ambos os fatores citados são resultados da própria reestruturação da agricultura. A generalização do dinheiro como forma de pagamento da força de trabalho gera maiores possibilidades de desenvolvimento de atividades comerciais para atender à demanda de bens de consumo. E, a medida que os países vão-se desenvolvendo, estendem para as áreas rurais seus serviços públicos, em particular os serviços de educação e de saúde, assim como cresce o emprego público ligado à administração.

Weller²¹ examinando a geração de ocupações rurais não-agrícolas em países centro-americanos, observou que algumas atividades rurais não-agropecuárias bem como a demanda de mão-de-obra para elas dependem diretamente do desenvolvimento da agricultura, enquanto outras são relativa ou totalmente independentes do setor. A partir daí o autor identificou cinco dinâmicas distintas que impulsionam a geração da oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário, as quais obviamente não são excludentes entre si. Três delas vinculam-se diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- a) as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indireta à sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos.

Essa dinâmica pode ainda ser subdividida em:

- a. 1) as atividades agropecuárias derivadas da produção desses bens realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários;
- a. 2) as atividades agroindustriais derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários;
- a.3) os serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos;
- b) atividades derivadas do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não agropecuários tanto de origem rural ou urbanas, como os serviços auxiliares a estes relacionados (transporte, comércio varejista etc);
- c) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, denominando setor de refúgio, englobando-se aí tanto o trabalho a domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não.

É oportuno antes de prosseguir, contrapor os resultados das ocupações rurais não-agrícolas com essas dinâmicas, embora não seja possível fazer uma identificação nítida entre o setor de atividade com as dinâmicas acima, visto que um setor pode estar presente em uma ou várias dinâmicas. De qualquer forma pode-se afirmar que na dinâmica "a" estariam mais diretamente envolvidos os setores não-agrícolas do Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Comércio Ambulante, Indústria de Madeiras, Transportes e Assistência técnica de

²⁰Klein, E. 1992.

²¹Weller, J. 1997.

veículos. Na dinâmica "b" estariam os Estabelecimentos de Ensino, Comércio de Alimentos, Alfaiataria, Transportes e Assistência técnica de veículos. A dinâmica "c" estaria mais relacionada com o Emprego Doméstico, Construção Civil, Alfaiataria, Comércio Ambulante e Transportes.

As outras duas dinâmicas arroladas por Weller não se vinculam diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- d) consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, turismo rural etc; que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias;
- e) serviços públicos nas zonas rurais.

Para essas duas dinâmicas, pode-se identificar os setores de Atividade do Emprego Doméstico e Restaurantes para a dinâmica "d" e os setores Estabelecimento de Ensino e Administração Municipal para a dinâmica "e".

Nata-se que as dinâmicas identificadas por Weller são basicamente as sugeridas por Klein, Graziano da Silva e Del Grossi²² porém acreditam que elas são suficientes para explicar adequadamente a evolução das ocupações rurais não-agrícolas em regiões tipicamente agrícolas com estrutura agrária bi-modal, onde convivem grandes fazendas assentadas no trabalho assalariado e pequenas propriedades de base familiar, com mercados de trabalho rurais e urbanos bastante diferenciados. No caso brasileiro pode-se encontrar também as mesmas cinco dinâmicas identificadas anteriormente, mas nas regiões onde o processo de modernização conservadora dos nossos campos foi mais intensa, a população rural agrícola já é relativamente pequena e as cidades muito grandes. Assim, em função da importância que adquire em algumas regiões mais urbanizadas do País, Graziano da Silva e Del Grossi destacam também três outras dinâmicas não relacionadas diretamente às atividades agropecuárias:

- f) demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc);
- g) demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e energia elétrica;

h) demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como uma alternativa mais favorável de operação. As três últimas dinâmicas Graziano da Silva e Del Grossi chamaram de *imobiliárias*. São dinâmicas de origem tipicamente urbanas impulsadas muito mais pelo crescimento das cidades da região. Ou seja, nestes casos, a dinâmica da geração dos empregos rurais não-agrícolas vem basicamente de impulsos gerados pelos setores urbanos que lhe são adjacentes. No caso de países como o Brasil, que possui em praticamente todas as suas regiões grandes aglomerados urbanos, essas demandas geradas pelos setores urbanos e independentes das atividades agrícolas locais podem vir a ter importância decisiva para o desenvolvimento rural de uma dada região.

Os mesmos autores ainda destacam outra dinâmica mais recente na economia brasileira:

- i) as novas atividades agrícolas que resultam em grande parte da busca do rural como áreas de lazer e preservação ambiental pela população dos grandes centros urbanos,

²² Graziano da Silva, J. e Del Grossi, ME. 1998.

como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de animais para fins ornamentais, produção de mudas ornamentais, etc.

As novas atividades são, no fundo, o resultado da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, associados a produtos animais e vegetais não tradicionalmente destinados a alimentação e vestuário. Em geral sua origem vem de atividades de fundo de quintais, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Assim, apesar de serem também atividades agropecuárias em última instância, a forma da organização de sua produção e principalmente, o seu circuito de realização assentado em nichos específicos de mercados, recomenda-se que elas sejam tratadas de forma separada da dinâmica que engloba a produção agropecuária *strictu sensu*. E por constituírem também demanda derivada do consumo final das populações urbanas, estariam mais próximas da dinâmica "d", já mencionada.

Os setores que estariam mais intimamente ligados a essas dinâmicas seriam a Construção Civil, Emprego Doméstico e Comércio de Alimentos para a dinâmica "f". Na dinâmica "g" devem estar mais presentes os setores Construção Civil, Comércio de Alimentos e Transporte. Na dinâmica "h" os setores mais associados devem ser a Construção Civil, Indústria de Alimentos, Indústria de Transformação e Transporte.

Os setores não-agrícolas que estariam mais envolvidos com a dinâmica "i" seriam a Construção Civil, Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Restaurantes e Transportes. Infelizmente os dados das PNADs não fornecem todos os elementos para a adequada identificação com as dinâmicas, remetendo assim o estudo das dinâmicas impulsionadoras das atividades não-agrícolas no meio rural para novas pesquisas.

O NOVO RURAL

A partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse "Novo Rural" como vem o temos denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades:

- a) um agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

O termo "novas" foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades

decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de "nichos de mercado" muito específicos para sua inserção econômica.

A Figura 1 que apresentamos a seguir procura ilustrar essa situação que acabamos de descrever: um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os "neururais" (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram, a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que temos denominados "sem-sem" (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram).'

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século.

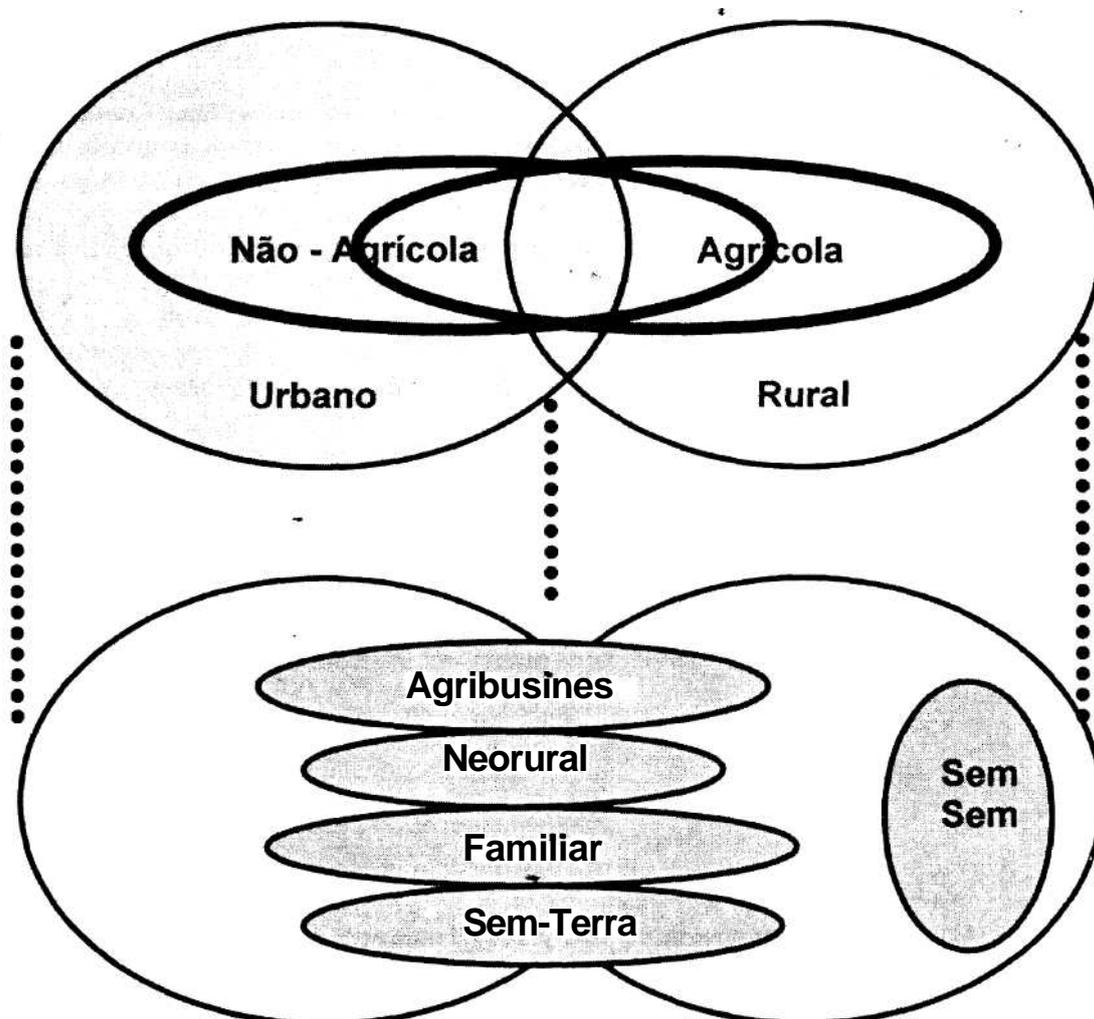


Figura 1: Novas relações e atividades no mundo rural

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo - SP. ANPOCS/HUCITEC. 1992. ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: programa de investigación sobre las estructuras agrarias y la pluriactividad** Madrid, Ministério da Agricultura, 1987.
- ARNALTE A., E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo. Madrid. **Revista de Economía**, **66**: 101-117. 1989. BARLETT, P. Part-time farming: saving the farm ou saving the life-style? **Rural Sociology**, **51**(3):289-313. 1986.
- BLAKELY, E. e BRADASHAW, T. América rural: um novo contexto. **Agricultura y Sociedad**, ns 36-37. 1985.
- CAMPANHOLA, C. e J.GRAZIANO DA SILVA. **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Campinas, EMBRAPA/UNICAMP. 2000. (4 volumes).
- CARNEIRO, M.J. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? **Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA** (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura). Porto Alegre, RS. p. 50-58, 1995.
- DEL GROSSI, M.E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1999. 221 p. (Tese de doutorado).
- FRIEDLAND, W. e PUGLIESE, E. Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture. **Sociologia Ruralis**, **29**: 149-165. 1989.
- FULLER, A. From part-time to pluriactivity: a decade of change in rural europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, **6**(4):361-373. 1990.
- GASSON, R. **The economics of part-time farming**. Longman, England. 1988.
- GORDILLO DE ANDA, G. Reestruturación institucional y revalorización de los vinculo rural-urbano. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. **A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro**. Seminário Internacional Campo-Cidade. PARANÁ/PNUD. Curitiba-PR. 1998. (versão ampliada não publicado)
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V. e DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE, São Paulo - SP. **11**(2):50-64. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, IE/UNICAMP.
- GRAZIANO DA SILVA, José.. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP. 1999 (2^m edição)
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/97 In. **Anais do XXVII Encontro Nacional De Economia**, 1999 , Belém - PA, Niterói - RJ ANPEC - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia , 1999 , v. I , n. , p. 207 -227.
- GREEN, R. e SANTOS, R.R. **Economia de red y reestruturación del sector agroalimentario**. Paris, INRA, 1991.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Seminário La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI* PREALC/OIT. Santiago - Chile, 1992. 22p. (não publicado)

- LAURENTI, A.C. **A terceirização na agricultura - a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense.** Instituto de Economia, UNICAMP. 1996. 245 p. (Tese de Doutorado)
- LEONE, E. **Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas no anos 80.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 1994 (Tese de Doutorado)
- ETXEZARRETA, M. et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias.** Ministério da Agricultura, Madrid. Espanha> 1995.
- MINGIONE, E. e PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural. **Revista de Crítica de Ciências Sociais.** Lisboa, 22:83-99. 1987.
- POCHMANN, M. **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional.** CESIT, Instituto de Economia, UNICAMP, 1998. 26p. (não publicado),
- SARACENO, R. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: an European experience. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado,** FAO/ONU. Taxco, México. 1997.
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centro-americano. **Revista de la CEPAL,** 62: 75-90, 1997.